

A SUSTENTABILIDADE E SUA APLICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR SOB O PRISMA DO DIREITO AMBIENTAL

SUSTAINABILITY AND ITS APPLICATION IN FAMILY FARMING FROM THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL LAW

Guilherme Cury Guimaraes

RESUMO:

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é questionado, dentre outros argumentos, em função da dificuldade em se determinar a sustentabilidade de um sistema. O presente estudo procurou realizar uma leitura associada à agricultura familiar e à questão da sustentabilidade ambiental e social da agricultura familiar. A escolha da agricultura familiar está relacionada com sua multifuncionalidade, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural, responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. A agricultura familiar é sustentável quando ela é ecologicamente bem fundada, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, ambiente, agricultura familiar.

ABSTRACT:

The concept of Sustainable Development is questioned, amongst other arguments, in function of the difficulty in if determining the sustainability of a system. The present study in looked for to carry through a reading associated with familiar agriculture. The choice of familiar agriculture is related with the multifunctionality of the familiar agriculture, that beyond producing foods and raw materials, more than generates 80% of the occupation in the agricultural sector, answers in Brazil for seven of each ten jobs in the field an for about 40% of the agricultural production. Currently most of the foods that supply the table of the Brazilians come of the small properties. Familiar agriculture favors the job of practical productive more ecologicamente balanced, as the diversification of cultivos, the lesser use of industrial insumos and the preservation of the genetic patrimony. Familiar agriculture is sustainable when it ecologicamente is well established, economically viable, socially joust and culturally appropriate.

Keywords: Sustainable Development, environment, familiar agriculture.

2 INTRODUÇÃO



Como expressa a Professora Nazareth Wanderley “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” WANDERLEY (2001). Cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais empregam 80% da mão-de-obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. No país dos latifúndios, a produção da agricultura familiar disputa com o agronegócio exportador a atenção do poder público e o reconhecimento de sua participação no desenvolvimento. A alta produtividade das pequenas propriedades contrasta com as extensas áreas ocupadas por lavouras de monoculturas e pastagens de pecuária extensiva.

Uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a separação entre dois modelos: “patronal” e “familiar”. Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização.

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, à ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo FAO/INCRA (1994). Buscou-se com este trabalho estudar a agricultura familiar frente ao desenvolvimento ambiental e social sustentável.

O desenvolvimento do presente estudo utilizou como base especificamente o conceito de bem-estar social da comunidade e a preservação do meio ambiente que consequentemente são possíveis mediante manejos sustentáveis dos sistemas agrícolas familiares; na agricultura familiar que é aquela em que a produção poderá continuar a suprir as necessidades existentes sem afetar o meio ambiente.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente recente e seu significado ainda está em construção, porém a definição mais aceita é a que estabelece conforme a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento CMMAD “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. De acordo com Denardi et al. (2000), o termo desenvolvimento sustentável possui longa história de construção. Segundo este autor, entre a Segunda Grande Guerra Mundial e meados da década de sessenta, não havia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não respondiam a esse crescimento e em alguns casos até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Estes fatos provocaram “grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico” DENARDI et al. (2000). A ideia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade.

Para Romeiro “O desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável”.

No desenvolvimento da agricultura sustentável temos algumas recomendações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, tais como, faz-se necessário implementar uma política científica e tecnológica especialmente em sistemas integrando agricultura e pecuária, em produtos tradicionais” e nos produtos dependentes de muita mão-de-obra. Também são recomendações desses órgãos a reestruturações dos serviços de extensão rurais, a promoção da integração vertical agricultura-pecuária, o incentivo à rotação de culturas, a indução de práticas de controle integrado de pragas (MIP), a utilização da adubação orgânica, a conservação do solo e a utilização de sistemas agroflorestais FAO/INCRA (1994).

O tema acerca da sustentabilidade teve repercussão importante ao redor do mundo especialmente no final da década de 80, com a divulgação do emblemático Relatório Brundtland, que teve como ponto máximo a Cúpula da Terra, mais conhecida como Rio 92, ocorrida em 1992, quando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento consolidou

o tema e lançou diversas iniciativas. Assim, desde Estocolmo, em 1972, e passando por diversas Conferências, inclusive a Rio+20, em 2012, a temática da sustentabilidade transformou-se de política de baixa intensidade e importância residual, a política de alta intensidade e de relevância de primeira ordem (CASTRO, 2012).

Um dos principais marcos históricos do movimento ambientalista, que deu origem à sustentabilidade, foi o livro Primavera Silenciosa, de Raquel Carson, lançado em 1962 nos EUA. O livro relata uma série de catástrofes ambientais e aponta suas possíveis razões, sobretudo baseado no uso de pesticidas industriais ou sintéticos. O livro foi muito criticado por ser considerado sem fundamentação científica, contudo, tornou-se conhecido pelo público norte-americano e causou uma reversão no uso desses produtos nos EUA, com a interdição do pesticida Dicloro Difetil-Tricloroetano - DDT. Carson, bióloga de profissão, escreveu o livro a partir de suas observações de fenômenos ocorridos com o uso, especialmente, na agricultura, relatando a morte de animais e o declínio do meio ambiente. Também relata sobre acumulação dos produtos químicos na cadeia trófica, causando câncer nos seres humanos (VISSER, 2012).

Ocorreu, em 1971, o encontro preparatório para a CNUMA de 1972 em Estocolmo. Nesse encontro travou-se um grande embate, de duas posições extremas, que se tornou um marco na história do desenvolvimento sustentável. De um lado, os partidários do crescimento a qualquer custo, que defendiam que o importante era o crescimento da economia, não importando os reflexos ambientais. O meio ambiente seria tratado depois, pois o progresso técnico seria capaz de cuidar dessa questão. Do outro lado, estavam os defensores do zero crescimento, os chamados “zegistas” (partidários do ZEG – Zero Economic Growth), entendendo que os problemas de degradação do planeta consistiam nos crescimentos da demografia, no consumo material e na economia (SACHS, 2002).

Tais discussões permitiram clarear as ideias que passariam a ser o centro das discussões em 1972 em Estocolmo. Restou evidenciado que não seria possível parar o crescimento econômico enquanto existissem pobreza e desigualdades sociais, mas que era fundamental que os frutos desse crescimento fossem divididos. Sachs (2008) teve papel fundamental nessa discussão e defendeu a necessidade do crescimento como motor do desenvolvimento. Em sua opinião, lançou as bases do que seria o desenvolvimento sustentável.

O autor constatou, em seus estudos, as grandes diferenças sociais e econômicas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e passou a defender que não era possível,

simplesmente, parar o processo de crescimento econômico enquanto houvesse pessoas pobres no mundo e imensas desigualdades sociais. Porém, defendia a necessidade de um crescimento dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano. Porquanto, “os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar e, finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis” (SACHS, 2009, p. 232).

O conceito de desenvolvimento sustentável, como tem sido discutido até hoje, teve origem na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo em 1972. A importância do tema ambiental ganha força refletindo no reconhecimento internacional da necessidade de maior cuidado na relação entre o ser humano e o meio ambiente. Um dos principais resultados dessa conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Na Conferência seguinte, a Cúpula da Terra, a Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, o conceito se consolida (FERNANDEZ, 2011).

Em razão da conferência de Estocolmo o mundo se debruça sobre o tema do limite do crescimento, agora à luz do desenvolvimento sustentável. Após quatro anos de estudos de um grupo de especialistas, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a liderança da Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, apresenta ao mundo, em 1987, o documento intitulado Nosso futuro comum, ou Relatório Brundtland como é mais conhecido.

De acordo com o referido relatório, o desenvolvimento sustentável se baseia na premissa de que o atendimento às necessidades das gerações presentes não pode comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Dessa forma, deixa claro o conceito que o importante é o respeito à satisfação das necessidades e das aspirações humanas como principal objetivo do desenvolvimento.

Para Guimarães e Feichas (2009) o Relatório Brundtland indicou a direção para se concretizar as discussões de um estilo de desenvolvimento sustentável. Na base desse estilo estava a superação da pobreza, especialmente com a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação. Também arrolava temas com a necessidade de uma matriz energética a partir de fontes renováveis e que os benefícios do processo de inovação tecnológica seriam compartilhados por países ricos e pobres. No campo da produção agrícola o Relatório provocou um crescente interesse, fazendo surgir um grande número de definições e de explicações sobre a expressão agricultura sustentável (EHLERS, 1994).

Outro marco forte na discussão da sustentabilidade foi a CNUMAD, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Foi uma conferência com enorme representatividade com a presença de mais de 100 países, onde se esperava conciliar o desenvolvimento econômico e social com a conservação do meio ambiente. Desse encontro surgiram documentos planetários que impactaram as discussões em todo o mundo como a declaração do Rio, estabelecendo acordos internacionais para proteger a integridade ecológica em âmbito global, a AGENDA 21 que propunha a implantação de programas e políticas ambientais, e a Carta da Terra (FERNANDEZ, 2011).

A expectativa é que a humanidade avance na adoção da sustentabilidade em todos os campos da vida, inclusive na produção agropecuária. Então, ao mesmo tempo em que as comunidades científicas e tecnológicas buscam o desenvolvimento de produtos e processos que confirmem sustentabilidade crescente aos processos produtivos, devem, também, estabelecer procedimentos de verificação e monitoramento para avaliar em que grau a sustentabilidade está ocorrendo. No próximo vamos abordar o esforço no campo da agricultura na busca da sustentabilidade.

4 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A evolução da agricultura está intimamente alinhada com a ideia da evolução da espécie humana *Homo sapiens* que após milhares de anos criou, adquiriu e desenvolveu diversos instrumentos e armas capazes de coletar, caçar e pescar, o que facilitou seu desenvolvimento e adaptação no mundo, nos parâmetros hostis existentes na época. O homem se espalhou, disseminou por toda a terra, o que demonstrou e permanece reafirmando sua fascinante capacidade de inovação e adaptação.

Nossa espécie, começando a semear plantas e manter animais domésticos em cativeiro, transformou-se, paulatinamente, de uma sociedade de predadores para uma sociedade de cultivadores. Assim, foram introduzindo espécies domesticadas na maior parte dos ecossistemas do planeta, artificializando-os e tornando-os cada vez mais distintos dos ecossistemas naturais. Segundo Veiga (1994, p. 8) “a agricultura é por definição uma artificialização do meio natural. Basta semear para artificializar”. Essa passagem, que os cientistas denominam de revolução

agrícola neolítica foi, segundo Childe (1983), citado por Mazoyer e Roudart (2010, p. 70) “a primeira revolução que transformou a economia humana”, mas que também iniciou uma alteração significativa do meio ambiente.

No entanto, essa revolução, ocorrida entre os anos de 8 a 3 mil anos a.C., permitiu que a espécie humana tivesse a possibilidade de ser multiplicada por dez e se espalhar, e ocupar o planeta. Estudos indicam que a evolução dos sistemas de produção agrícolas, cada vez mais produtivos, permitiu que a população crescesse, pois, a produção de alimentos assim permitia.

Ao se tratar de períodos mais recentes, verificamos que no período compreendido entre os séculos XVI e XIX, e após outras duas revoluções agrícolas na idade média, ocorreu a primeira revolução agrícola. Essa revolução influenciou e foi influenciada pela primeira revolução industrial, além de ter permitido o aumento da população e desencadeado um forte desenvolvimento da economia. A base em que ocorreu essa revolução foi a substituição do sistema de pousio e a incorporação de pastagens artificiais, rotações de culturas e a utilização do esterco animal como forma de adubação. De fato, os sistemas de produção agrícolas passam a ter sinergias, onde a agricultura e a pecuária beneficiaram-se mutuamente (GUIMARÃES, 1982).

Enquanto a primeira revolução agrícola precisou de três séculos para duplicar a produtividade agrícola nos países temperados, a segunda precisou de apenas algumas décadas para decuplicar, levando até mesmo a uma crise de superprodução agrícola no final dos anos de 1890 (MAZOYER; ROUDART, 2010). Essa revolução foi baseada, sobretudo na estreita relação com a indústria, tanto a jusante como a montante da agricultura.

Segundo Graziano da Silva a segunda revolução agrícola, consolidada na chamada Revolução Verde ocorreu tardiamente no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970. Ela proporcionou um grande aumento de produtividade, com consequente aumento da produção agrícola promovendo o processo de crescimento econômico. Contudo, isso não foi condição suficiente para o desenvolvimento do conjunto dos agricultores do país, ou seja, que houvesse elevação da qualidade de vida dessa população. Observou-se, no meio rural brasileiro, profundas mudanças, gerando o aumento dos latifúndios, do desemprego e do êxodo rural.

A história evolutiva da agricultura mostra que, mesmo ela sendo sempre uma intervenção do “homem” sobre a natureza (relação antrópica), em alguns momentos ela foi menos impactante que em outros, mantendo uma relação amistosa, ou seja, com pouca pressão sobre o meio ambiente. Porém, os impactos das duas primeiras revoluções agrícolas foram muito sentidos, sendo que os da

segunda revolução agrícola mostrou-se extremamente perverso e pouquíssimo sustentável sobre o meio ambiente.

Assim, as discussões em torno da sustentabilidade da agricultura tiveram início após a primeira revolução agrícola, quando o filósofo austríaco Rudolf Steiner apresentou sua proposta de “Agricultura biodinâmica” no ano de 1924, respondendo às indagações dos agricultores austríacos que viam suas lavouras serem atacadas de forma inesperada por pragas e doenças após o início da química na agricultura promovida pelas descobertas do químico Justus von Liebig (DAROLT, 2000).

Surgiu nos anos oitenta um conceito científico que passou a orientar as diferentes correntes e movimentos da agricultura orgânica. Seu criador, Miguel Altieri propôs inverter a lógica do desenvolvimento tecnológico e adaptar as tecnologias segundo o respeito à natureza em vez de adaptar o meio às atividades agrícolas.

Assim, é possível afirmar que desde a década de 1980, quando se iniciaram as discussões em torno do tema sustentabilidade, a busca de métodos alternativos mobilizou profissionais interessados em práticas que melhorassem a eficiência dos sistemas produtivos e diminuíssem os impactos sobre o meio ambiente. A eficiência econômica, aspecto frágil nas propostas alternativas, ganhou novo status, uma vez que pesquisas começaram a apontar que os sistemas alternativos poderiam reduzir os custos de produção e serem tão rentáveis quanto os sistemas convencionais.

Além das práticas, pontuais ou sistêmicas em busca da sustentabilidade, nas últimas décadas desenvolveram-se sistemas de avaliação, com métodos e indicadores ajustados segundo o interesse dos autores e/ou das correntes de interesse. Costa (2010c) apresenta uma grande contribuição ao identificar metodologias de avaliação da sustentabilidade em âmbito de sistemas de produção. Em seu trabalho descreve, pelo menos, doze iniciativas internacionais com esse propósito, com destaque para o método francês IDEA – Indicadores de Durabilidade das Propriedades Agrícolas. Em outra linha, Marzall e Almeida (2000) e Darolt (2000) descrevem o processo de certificação de sistemas orgânicos e suas inúmeras ferramentas, defendidos pelos autores como altamente sustentáveis.

Fica evidente que não há uma “agricultura sustentável”, como expressão substantiva, mas diferentes graus de sustentabilidade na agricultura, tornando-se um conceito relativo. Segundo Van Bellen (2005), cada autor, ao desenvolver suas ferramentas e procedimentos, o faz a partir de seu campo ideológico, imprimindo significados, valores, percepções e visões políticas próprias que

serão diferentes e até conflitantes com outros pesquisadores. Assim, a aplicação do conceito e grau de sustentabilidade são relativos, pois cada autor se coloca frente a ele em função do campo de ideias em que atua.

A ciência e o desenvolvimento tecnológico têm a possibilidade de buscar compreender a sustentabilidade para aportar às diferentes soluções. Contudo, isto se refere às soluções tecnológicas, que contribuem muito mais com o desenvolvimento agrícola. Quando o foco passa a ser o desenvolvimento rural, deve-se investir, também, em outros aspectos ou dimensões da vida, como a social, a cultural e a humana. Assim, olhares da sociologia, economia e antropologia passam a ter grande importância na tentativa de entender e de propor mecanismos para a sustentabilidade dos meios de vida dos agricultores, em todos seus matizes.

A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas CARMO (1998).

A produção agrícola sustentável, de acordo com GLIESSMAN (2000), é possuidora de base ecológica. Como não é possível demonstrar no presente o que é perpétuo, somente o futuro poderá comprovar verdadeiramente a sustentabilidade. Ao presente cabe demonstrar que a prática está se afastando da sustentabilidade.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO BRASIL

Nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, Centro-Sul, a forte presença do Estado no processo de modernização liderou o aumento da produção agropecuária, enquanto nas regiões mais pobres, como o Nordeste, em particular, a política de modernização foi menos intensa (FREITAS; BACHA, 2002) e não foi suficiente para superar a pobreza local, não atingiu grande parcela dos produtores rurais (HOFFMANN; KAGEYAMA, 1986; ALVES; ROCHA, 2010). O conceito do “efeito cascata”, onde o bem-estar das populações e o seu desenvolvimento social e econômico deveria ser o resultado natural da introdução do novo padrão tecnológico e seu eminente sucesso, não funcionou (SACHS, 2008). A adoção das novas tecnologias acarretou aumentos da produção

e da produtividade, porém, “uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, „desenvolvimento rural” não ocorreu (NAVARRO, 2001, p. 84).

Kageyama abordou diversas vertentes e diversos conceitos de desenvolvimento rural, concluindo que o desenvolvimento rural é um processo multifacetado, devendo considerar o aspecto econômico no aumento de renda das famílias e o aspecto social na “oferta” de uma vida digna. Assim, traz a possibilidade de que propriedades familiares, que foram consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização, venham a assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais.

A busca por complementação de renda fez surgir uma miríade de opções de atividades não necessariamente agrícolas.

Entre as diversas atividades agrícolas e não agrícolas com potencial para promover o desenvolvimento rural, sobretudo que possibilitem a sustentabilidade dos agricultores familiares, está a transformação e beneficiamento de produtos agrícolas, a agroindústria familiar rural. Processos que já ocorriam na cozinha das famílias rurais brasileiras como parte de sua tradição, cardápio culinário e gastronômico, e passam a serem valorizados para a formação de renda (MIOR, 2005; GRISA, et al., 2010).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016) considera as agroindústrias familiares como uma das modalidades de agroindústria rural. Esta é definida como um conjunto de atividades de transformação e beneficiamento de produtos oriundos da agropecuária (de origem animal ou vegetal), que independe do tamanho do estabelecimento, da sua característica familiar ou patronal, do volume processado e da destinação do produto, ou seja, se para o autoconsumo ou para a comercialização. Importante salientar que as atividades citadas são realizadas pelos produtores rurais em suas instalações, instalações comunitárias ou de terceiros. As matérias-primas podem ser produzidas no estabelecimento agropecuário ou adquiridas de outros produtores.

A agroindústria familiar rural é uma forma de pluriatividade resultante de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida, em parte ou na totalidade, de fora, cujo o destino é a comercialização. À medida que este tipo de produção cresce dentro da estrutura de produção familiar, torna-se uma atividade independente, representando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas (GRAZIANO DA SILVA, 1999; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002; SCHNEIDER, 2007).

A agregação de valor pelas agroindústrias é uma importante estratégia de desenvolvimento rural, pois o controle dos principais elos da cadeia produtiva está sob o comando dos agricultores (produção de matérias-primas, processamento, gestão das unidades, comercialização direta, entre outros). Perondi (2007) corrobora com essa afirmativa após observar que o consumo intermediário da atividade de transformação de produtos na agricultura familiar, em sistemas de produção no Sudoeste do Paraná, foi da ordem de 8%, muito menor quando comparado ao da produção animal, na ordem de 50%, e da produção de grãos (soja e milho), que ficou em de 70%.

Ortega e Mendonça (2007) observou, que, no contexto de transformações ocorridas no período de redemocratização do país após o golpe de 64, a abordagem do desenvolvimento territorial ganhou importância e influenciou na formulação das políticas públicas brasileiras a partir dos anos 1990. Entre as diferentes possibilidades concretas propostas em políticas e programas públicos recentemente no Brasil, o PRONAF, e em especial o PRONAF-Agroindústria, tiveram papel fundamental para dar vazão às demandas dos agricultores familiares e suas organizações (BIANCHINI, 2015).

Assim, as ações do governo federal foram complementadas por alguns estados brasileiros, que criaram programas que incentivavam a instalação ou melhoria de agroindústrias familiares em seus estados, com diversas estratégias. No Quadro 1 encontram-se os sete programas estaduais e um distrital ocorridos no período de 1995 a 2008, distribuídos nas regiões Sul (RS, SC e PR), Centro-Oeste (DF, MS e MT) e Sudeste (RJ e MG), sendo que nas regiões Norte e Nordeste não se encontrou programas dessa natureza.

Cada programa buscou atender seus objetivos e metas dentro das características próprias de cada estado e governo, o que permite identificar semelhanças e diferenças, como inovações que os tornam únicos. Importante destacar que foram iniciativas estaduais, sem uma orientação nacional.

Os impactos e resultados observados foram consequência do esforço, da experiência e dos recursos que cada programa investiu.

Um instrumento de política que esteve presente em todos os programas estaduais, foi a oferta de crédito, e teve como principal fonte o Pronaf. Alguns estados criaram linhas próprias

complementares, com destaque para Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que conseguiram associar bem as diferentes fontes em benefício de suas estratégias.

Outro instrumento presente em sete dos oito programas estaduais foi a capacitação de agricultores e técnicos. Isso mostra sua importância, sobretudo porque está vinculado ao assessoramento técnico, que permite preparar e acompanhar os beneficiários na implementação das estratégias do negócio e das tecnologias propostas.

O apoio à comercialização dos produtos e o acesso ao mercado foi também outra ferramenta bastante utilizada. A principal ação foi focada, praticamente, na disponibilização de espaços para a venda dos produtos, aliando a disponibilização de selo de identificação das mercadorias. Iniciativa inovadora elaborada pelo Prosperar do estado do Rio de Janeiro previa a criação de um crédito de 7%, proveniente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, para os estabelecimentos comerciais que compravam produtos dos beneficiários do Programa, aumentando a competitividade dos produtores.

Já o instrumento relacionado às alterações de legislação e ao acompanhamento dos agricultores para a obtenção do registro, foi adotado por cinco dos oito programas. Trata-se de um importante instrumento, haja vista que a legalização sob os moldes convencionais traz prejuízos aos agricultores quanto sua situação frente à aposentadoria rural. O destaque nesse quesito foi o programa paranaense, Fábrica do Agricultor, que criou o “kit agilidade”, permitindo aos agricultores que acessassem a legislação de forma rápida e desburocratizada nos diversos órgãos governamentais, garantindo tempo reduzido para que as agroindústrias fossem formalizadas

Por fim, os programas tiveram, também, outros dois instrumentos, porém de forma mais tímida. Ações nas áreas de desenvolvimento tecnológico e adaptação de máquinas e equipamentos às agroindústrias familiares tendo como financiador o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas (PTA). E apoio à infraestrutura, usado por apenas dois programas (Prove/DF e Prove/Pantanal), que tinham como público beneficiário agricultores muito descapitalizados.

Os programas estudados, resultados de políticas públicas de Estado, representaram um forças considerável para o desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares. Contudo, não é possível, apenas pelo levantamento realizado, avaliar se os programas foram capazes de influenciar ou não no crescimento numérico de unidades no Brasil. Uma análise da evolução do número de agroindústrias no Brasil foi realizada no trabalho dessa tese a partir dos dados dos Censos

Agropecuários de 2006 e 2017. A metodologia empregada será explicada no próximo capítulo, e resultados obtidos, analisados e comentados, serão apresentados no capítulo quatro.

A importância da agroindústria rural para a agricultura familiar no Brasil pode ser estudada por diferentes aspectos. Para o trabalho dessa tese optou-se por analisar sua presença numérica, sua distribuição nos estados brasileiros, os principais produtos em volume e valor da produção, além do retorno monetário que ela possibilita às famílias.

6 CONCLUSÃO

Para que seja possível a compreensão dos sistemas agrícolas atuais, é necessário conhecer sua sustentabilidade, uma vez que a agricultura é intimamente afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais, segundo Altieri. Já de acordo com Cavalcanti, a sustentabilidade significa a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”.

A sustentabilidade, constitui-se formalizado em um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes da população como um todo, imerso em um contexto internacional de expansão constante.

É possível verificar que a base utilizada por Bicalho em 1998 estabelece três indicadores capacidade, equidade e sustentabilidade, para operacionalização do desenvolvimento sustentável.

Tais indicadores são responsáveis pela chamada operacionalização do desenvolvimento rural sustentável que visa alcançar seu objeto máximo que é a geração e o suporte de modos de vida sustentáveis.

Tudo orbita a ideia central de possibilitar que esteja em pleno funcionamento a aplicação de funções básicas e indispensáveis dos seres humanos, como a possibilidade de nutrição adequada, vestimentas confortáveis e úteis alinhadas a boa qualidade de vida. A qualidade aqui mencionada pode ser entendida como a capacidade de o grupo escolher e avaliar suas ações. A equidade refere-se à distribuição igualitária dos bens patrimoniais e de consumo, distribuição de oportunidades, considerando as diversas habilidades. Encontramos também a erradicação da discriminação de quaisquer minorias e a discriminação da mulher.

Por fim, a sustentabilidade está ligada ao cuidado necessário e global, ligado a temas como a poluição, desmatamento, exploração excessiva de recursos não renováveis e a degradação ambiental.

Trata-se do cuidado sutil e indispensável, por vezes incisivo em caso de necessidade, da manutenção daquilo que de fato importa para a manutenção e o desenvolvimento saudável da espécie humana.

Não significa obstar o desenvolvimento ou retroceder na linha do progresso, pelo contrário, significa conservar para que o progresso venha potencializado e em segurança.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

BECKER, B. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica, In: O desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política, 1995, Resumos Expandidos do Seminário, Rio de Janeiro: UIG/UFRJ, 1995.

BICALHO, A. M. de S. M. Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8, 1998. CAPRA, F. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In:

FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: ed. UFPR, 1998. CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (org). Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.

CHAMBERS, R. e CONWAY, G. R. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century. Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. COSTA, M. P. B. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar, Reforma Agrária 23(1): 53-69, jan/abr. 1993. DENARDI, R. A. et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000. (Disponível na Internet http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigos_trabalhos.html, acesso em 05/09/2007). EHLERS, E. M. O que se entende por agricultura sustentável? In: VEIGA, José E. (org). Ciência Ambiental; primeiros mestrados. São Paulo: Annablume: FAPESP. 1998. EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999. FAO/INCRA Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 24p. (Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036).

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. Revista de biologia e ciências da terra, Volume 5, Número 1, 2004. 7 OTANI, M. N. et al. Caracterização e Estudo da Agricultura Familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo: v.31, n.4, abr. 2001.

ROMEIRO, A. R. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998. SACHS, I. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano 46, 1990.

